



Pregão Eletrônico n.º 009/2024

Processo n.º 2024.099.000114-P-PR

1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que **Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, n.º 47 - Pq. Santo Amaro, Telefones n.º (22) 98175-2073 / 98175-0911 através da Fundação Municipal de Saúde, realizará licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, cujo Edital recebeu o n.º 009/2024, para a contratação do objeto abaixo descrito.**

1.2- A Licitação será do tipo **menor preço (por Lote), modo de disputa aberto**, e será regida pela Lei Federal n.º 14.133/2021, Decreto Municipal n.º 124/2023 e demais legislações aplicáveis, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.3. DO PREGÃO

1.3.1- Abertura da sessão do Pregão Eletrônico: Dia 02/12/2024 às 10h (dez horas).

1.4. Integram este Edital, independentemente de transcrição:

1.4.1- Minuta de Contrato - Anexo I

1.4.2- Termo de Referência - Anexo II

1.5- O Edital, na íntegra, está disponível para download através do site oficial da PMCG, a saber, <https://campos.rj.gov.br/licitacoes>, bem como por meio do site www.licitanet.com.br e do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

1.5.1 - SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br.

2- DO OBJETO

2.1- O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **contratação de empresa para fornecimento de material de consumo, cartões de gel teste e suspensões de hemácias para uso em gel, com cessão de equipamentos em Regime de Comodato, de forma continuada**, conforme quantidades, especificações e condições definidas neste Edital e seus anexos.

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com a Administração ou declaradas inidôneas para licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

3.5- Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

3.5.1- A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos;

3.5.2- O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão dispostos no site www.licitanet.com.br.

3.6- Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e Lei Municipal nº 8.768/2017.

3.7 Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão

do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1 Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site <https://licitanet.com.br/>;

4.2 As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

4.3 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

4.4 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

4.5 O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

4.6 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

4.7 Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do TERMO DE REFERÊNCIA;

4.8 O licitante que deixar de assinalar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, a Declaração de ME/EPP, não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 2006, mesmo que microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e Cooperativas Equiparadas;

4.9 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

4.10 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

4.11 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o órgão promotor da licitação, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

4.12 As declarações falsas relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Lei Federal n.º 14.133/21.

5- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento;

5.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2.1 As propostas cadastradas no Sistema NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

5.3 Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será DESCLASSIFICADA pelo pregoeiro;

5.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, quando for o caso.

5.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, quando for o caso;

- 5.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;
- 5.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;
- 5.8 As microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e Cooperativas Equiparadas deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006;
- 5.9 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema;
- 5.10 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;
- 5.11 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes, após a fase de lances;
- 5.12 O licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta, conforme ferramenta a ser disponibilizada pela plataforma;
- 5.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, haja vista o critério de julgamento ser o de menor preço;
- 5.14 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno;
- 5.15 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;

5.16 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total do item;

6.1.2 Marca, quando for o caso;

6.1.3 Fabricante, quando for o caso;

6.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

6.5 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

6.5.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7- DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 No horário estabelecido neste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública,

verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 6.1 do edital;

7.2 O Pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis;

7.3 Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestamente inexecutável, o Pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então DESCLASSIFICARÁ;

7.4 O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade;

7.5 As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo Pregoeiro;

7.6 Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://licitanet.com.br/>, conforme Edital;

7.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

7.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

7.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 10,00 (dez reais)**;

7.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;

7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública;

7.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

7.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente;

7.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;

7.14.1 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá ainda admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações, nos termos do art.56, §4º, Lei. 14.133/21.

7.14.2 Após o reinício previsto no subitem anterior, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.15 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o Pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte;

7.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

7.17 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

7.18 Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o Pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, devendo facultar ao proponente a oportunidade de confirmar o valor em questão. Na hipótese de não confirmação, o Pregoeiro, excluirá o referido valor, sem prejuízo da oportunização ao proponente de reformular novo lance;

- 7.19 A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;
- 7.20 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;
- 7.21 O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;
- 7.22 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas, no mínimo, (24) vinte e quatro horas após a comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br/>;
- 7.23 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;
- 7.24 A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;
- 7.25 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.26 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 7.26.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira

colocada;

- 7.26.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;
- 7.26.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;
- 7.26.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.27 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 7.27.1.1 Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.27.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.27.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado Rio de Janeiro;
- 7.27.2.2 produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- 7.27.2.3 produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.27.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.27.2.5 Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;
- 7.27.2.6 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.28 Será concedida preferência de contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais com sede no Município de Campos dos Goytacazes, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.
- 7.28.1 Para cumprimento do subitem anterior, caso o melhor preço válido tenha sido apresentado por empresa não estabelecida no Município de Campos dos Goytacazes, o Pregoeiro(a) convocará a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual melhor classificado, com sede no Município de Campos dos Goytacazes, para apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, no prazo de 10 (dez) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação, ocasião em que será adjudicado o objeto do certame em seu favor.

7.29 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro, independentemente da proposta do primeiro colocado encontrar-se acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, **deverá** encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8- DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 3.5 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3 Constatada a existência de sanção, o licitante **será reputado inabilitado**, por falta de condição de participação; e haverá nova verificação, pelo sistema, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

8.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o subitem 5.6 deste edital.

8.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado

para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 8º do art. 26, do Decreto n.º 137/2020;

8.5.1 O Pregoeiro convocará o licitante classificado em primeiro lugar para enviar, no prazo de 02h (duas horas), a documentação exigida no item 6 do Termo de Referência (Anexo II), sob pena de desclassificação.

- 8.6 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que:
- 8.6.1 contiver vícios insanáveis;
 - 8.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 8.6.3 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
 - 8.6.4 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;
 - 8.6.5 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
- 8.7 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.8 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 8.9 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 8.10 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.10.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação

escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;

8.10.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

8.10.3 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

8.10.4 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade;

8.10.5 Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;

8.10.6 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

8.10.7 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9- DA HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos neste edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 Conforme preceitua o art. 63, inciso II, do Diploma supramencionado, a apresentação dos documentos de habilitação será exigida apenas pelo licitante vencedor.

9.1.2 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.1.3 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº14.133/2021).

9.1.4 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.1.5 Conforme disposto no art. 64, da Lei 14.133/2021, após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.1.5.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.1.5.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.1.5.3 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.1.6 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.1.2.

9.1.7 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.1.8 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma;

9.1.9 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;

9.1.10 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor;

9.1.11 As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão;

9.1.12 Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pelo (a) Pregoeiro (a), mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

9.2- OS LICITANTES DEVERÃO ENCAMINHAR, NOS TERMOS DESTES EDITAIS, A DOCUMENTAÇÃO RELACIONADA NOS ITENS A SEGUIR, PARA FINS DE HABILITAÇÃO:

9.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

9.2.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.2.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.2.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.2.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

9.2.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

9.2.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.2.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

9.2.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

9.2.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, bem como perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, (Certidão Negativa de Débitos – CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal n.º 8.212/91 e alterações posteriores;

9.2.2.5- - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.2.2.6- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

9.2.2.7- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

9.2.2.8- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidão;

9.2.2.9- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

9.2.2.10- Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

9.2.2.11- Os documentos relacionados no subitem 9.2.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a realização do certame.

9.2.2.12- Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

9.2.2.13- Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a

Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização;

9.2.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

9.2.3.1- Balanco Patrimonial, na forma da lei, referente aos 02 (dois) últimos exercícios sociais, nos termos do art. 69, inciso I, da Lei 14.133/2021.

Entende-se por "na forma da lei", o seguinte:

a) Quando S.A., balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e jornais de grande circulação (art. 289, caput e § 5º da Lei n.º 6.404/76);

b) Quando outra forma societária, balanço patrimonial devidamente registrado pela Junta Comercial ou outro órgão competente do Registro do Comércio. No caso de uma empresa ter registrado legalmente seu contrato social em cartório competente, deverá fazer o registro do balanço patrimonial no mesmo cartório;

c) Aquelas sociedades constituídas a menos de um ano deverão apresentar o balanço de abertura, que deverá conter as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do sócio gerente;

d) Escrituração contábil digital transmitida pelo sistema público de escrituração digital (SPED) pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas;

9.2.3.1.1 - Nenhuma empresa está dispensada das exigências do subitem anterior, na forma da lei, exceto a microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI, por força do art. 48 § 5º da Lei Municipal nº 8.768/17.

9.2.3.1.2- O balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro órgão competente, devendo possuir autenticação através de chancela digital, etiqueta, carimbo ou meio legal equivalente, e ainda, deverá estar assinado por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa licitante.

9.2.3.2- Comprovação de capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor final efetivamente vencido pela empresa.

9.2.3.3- Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a realização do certame, exceto quando dela constar o prazo de validade.

9.2.3.3.1- Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 9.2.3.4.

9.2.3.3.2- Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 9.2.3.3 e 9.2.3.4, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

9.2.3.4- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

9.2.3.4.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 9.2.3.3 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Poder Judiciário, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

9.2.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.2.4.1 - A(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar documentação, referente à qualificação técnica, conforme exigências previstas no item 8 do Termo de Referência (Anexo II do edital).

10- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3- Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos, por meio de ferramenta disponibilizada na plataforma eletrônica;

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

10.4 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico.

10.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8 O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante no preâmbulo deste Edital.

11- DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de no mínimo 02 (duas) horas, a contar da solicitação, pelo sistema eletrônico.

12- DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1- A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1- Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

12.1.2- Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

12.2- Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

12.3- A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”).

13- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1- Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Superior adjudicará o objeto ao licitante declarado vencedor e homologará o procedimento licitatório, nos termos do art. 71, IV, Lei 14.133/2021.

14- DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1- Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, se solicitada pelo pregoeiro;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço (quando for o caso), ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.5. fraudar a licitação

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos

determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida em percentual de 20%, a ser definida no caso concreto, incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.

14.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da FMS, quando for o caso.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese nenhuma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1- Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital;

15.2- A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica através do site www.licitanet.com.br;

15.3- Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;

15.4- Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame;

15.5- Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, deverão ser realizados por forma eletrônica através do sistema;

15.6- O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos;

15.7- As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

15.8- A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação;

15.9- As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

16- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1- A despesa correrá pelos códigos correspondentes, relativo ao Programa de Trabalho n.º 10.301.0082.2387.0000 e pela Natureza de Despesa n.º 339030.

17- DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

17.1- PRAZO DE ENTREGA

17.1.1- A(s) empresa(s) deverá(ão), obrigatoriamente, entregar os produtos solicitados no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação efetivada pelo setor de **contratos**, conforme previsto no subitem 14.2 do Termo de Referência (Anexo II), sob pena das sanções legais cabíveis.

17.1.2- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento da ordem formal de fornecimento.

17.1.3- A apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

17.1.4- O objeto será recebido:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

18.2- LOCAL DE ENTREGA

18.2.1- A(s) vencedora(s) desta licitação terá(ão) que entregar o que lhe(s) for adjudicado no local definido no item 14.1 do Termo de Referência - Anexo II.

18.3- FORMA DE FORNECIMENTO

18.3.1- O objeto desta licitação será fornecido de forma integral.

19- DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

19.1 - Após a homologação do resultado desta licitação, a Contratante, com fulcro no art. 90 da Lei nº 14.133/2021, convocará o fornecedor do certame para cumprimento das exigências pertinentes a assinatura do instrumento contratual, o que deverá, obrigatoriamente, ser atendido no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, a partir da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

19.1.1 - Ao assinar o contrato, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

19.1.2 - Para assinar o contrato, o Representante Legal da empresa deverá apresentar procuração, e/ou contrato social e cédula de identificação;

19.1.3 - O compromisso de prestação dos serviços será formalizado mediante assinatura do instrumento contratual pela empresa.

19.2 - Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência contratual.

19.3 - Quando o vencedor da licitação não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convocado o(s) licitante(s) remanescente(s), na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

19.3.1 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 19.3, a Administração, observados o valor estimado da licitação, poderá:

19.3.1.1 Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

19.3.1.2 Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

19.4 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo fixado no subitem 19.1, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as sanções legais cabíveis, bem como na imediata perda da garantia de proposta em favor da Administração, quando for o caso.

20- DO REAJUSTAMENTO

20.1- O preço ofertado na licitação será fixo e irrevogável durante a vigência do contrato.

21- DO PAGAMENTO

21.1- Pelo fornecimento do objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a **CONTRATANTE** pagará à contratada, a importância total que vier a ser pactuada, em até 30 dias, conforme item 13.1 do Termo de Referência (anexo II).

21.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda, através do Protocolo Geral.

21.3- Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em estrita observância aos dados contidos na respectiva Nota de Empenho.

21.4- O pagamento da parcela será efetuado pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, até o 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes.

21.5- O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto no subitem 21.4 e, desde que o atraso decorra de culpa da **CONTRATANTE**, será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

21.6- O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 21.5, será efetivado mediante autorização expressa da Autoridade competente, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido à mesma.

21.7- Caso a **CONTRATANTE** efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta três milésimos por cento), por dia de antecipação;

21.8- Na hipótese da cobrança apresentar erros, a **CONTRATANTE** devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

21.8.1- O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere o subitem 21.4, sem a multa e a compensação financeira estipuladas no subitem 21.5;

21.9- Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

22- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 - Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico;

22.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro;

22.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF;

22.4 - No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

22.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

22.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

22.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horários de expediente na Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes/RJ;

22.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;

22.9 - O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico, <http://www.campos.rj.gov.br/licitacoes> e www.licitanet.com.br. Também poderá ser lido ou obtido cópia no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, localizado à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, n.º 47 - Pq. Santo Amaro, Telefones n.º (22) 98175-2073/ 98175-0911, nos dias úteis, no horário das 09:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados;

22.10 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis;

22.11 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido;

22.12 - Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados;

22.13 - Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido;

22.14 - O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, sobretudo na hipótese do art. 59, § 2º e do art. 64 da Lei 14.133/2021;

22.15 - O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante;

22.16 - As decisões do Pregoeiro serão publicadas no site da Prefeitura Municipal, no endereço: <http://www.campos.rj.gov.br/licitacoes> e no Diário Oficial do Município;

22.17 - A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria;

22.18 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o ser revogada, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes;

22.19 - A Administração poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

22.20 - O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Campos dos Goytacazes/RJ.

Campos dos Goytacazes, 04 de novembro de 2024.

Aline Gomes Pelicioni
Agente de Contratação

Anexo I - Minuta de Contrato

CONTRATO N.º ____/2024

CONTRATO	QUE	ENTRE	SI
CELEBRAM			A
_____			A
EMPRESA	E		

A _____, inscrita no CNPJ n.º _____, com sede na _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo(a) Ilustríssimo(a) Senhor(a) Presidente(a) de _____, _____ e a empresa _____ doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____ neste ato representada pelo seu _____, documento de identidade n.º _____, órgão expedidor _____, CPF n.º _____, em decorrência do resultado da **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 009/2024**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, com fundamento na Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal n.º 124, de 27 de junho de 2023, e de acordo com o que consta do Processo n.º **2024.099.000114-P-PR**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente é a **contratação de empresa para fornecimento de material de consumo, cartões de gel teste e suspensões de hemácias para uso em gel, com cessão de equipamentos em Regime de Comodato, de forma continuada**, conforme descrito nos Anexos I e II do edital, em especial, na Nota de Empenho n.º ____/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo n.º **2024.099.000114-P-PR** e em tudo o mais que se relacione com o serviço objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;

c) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caberá ainda a CONTRATADA:

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste **CONTRATO**;
- II) entregar nos locais e prazos indicados pela **CONTRATANTE**;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o **CONTRATANTE** pelo serviço;
- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os serviços que não estiverem de acordo com as especificações.
- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a

importância total de R\$ _____ (_____), já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado pelo **CONTRATANTE**, após a realização de cada parcela do serviço, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa, no valor de R\$ _____ (_____), correrá por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho n.º _____, pela Natureza de Despesa n.º _____, Fontes de Recursos n.º _____, com cobertura através da Nota Empenho n.º _____ de _____.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável, durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:

a) moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

b) moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

c) compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

PARÁGRAFO QUARTO: Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

PARÁGRAFO QUINTO Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

PARÁGRAFO SEXTO: Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, e se ainda não for suficiente, será cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO OITAVO: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos nos arts. 166 e 167 da lei n.º 14.133/2021, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

PARÁGRAFO ÚNICO: O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 124, da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA

O prazo total para entrega do objeto deste contrato é de no máximo 10 (dez) dias úteis, de acordo com o subitem 14.2 do Termo de Referência (Anexo II do edital da licitação), sob pena das sanções legais cabíveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela **CONTRATADA**, da Ordem Formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo contratual poderá ser prorrogado desde que observados os termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

O objeto deste contrato será fornecido de forma integral.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será divulgado no PNCP, conforme o disposto no art. 94, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão Eletrônico n.º 009/2024, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da CONTRATADA, que faz parte integrante desta avença como se transcritos fosse e respectivos anexos do processo administrativo n.º 2024.099.000114-P-PR que fazem parte integrantes desta avença como se transcritos fossem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2024.

Contratante:

Fundação Municipal de Saúde

Contratada:

Testemunhas:

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO:

1.1 O presente termo de referência, elaborado em acordo com as disposições contidas na lei federal nº. 14.133/2021, visa estabelecer os requisitos básicos norteadores para a aquisição de material de consumo, cartões de gel teste e suspensões de hemácias para uso em geral, visando atender as demandas oriundas do Hemocentro Regional de Campos, unidade pertencente a Fundação Municipal de Saúde.

1.2 A aquisição será realizada mediante licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma de disputa “aberto” e será aferido pelo critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR LOTE** conforme condições deste termo de referência.

1.3 Características de Fornecimento Continuado: com base na Lei 14.133/2021, material de consumo continuado refere-se a bens que são adquiridos de forma regular e que se esgotam com o uso, como trata-se de hospital, a necessidade de realização de exames é constante, vital para facilitar o diagnóstico.

2 – OBJETO:

2.1. **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, CARTÕES DE GEL TESTE E SUSPENSÕES DE HEMÁCIAS PARA USO EM GEL**, com cessão de equipamentos em Regime de Comodato, de forma continuada, conforme as especificações técnicas e detalhamentos consignados no presente Termo.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE constitui-se em uma entidade de direito público, pertencente ao Poder Público Municipal e responsável pelo exercício do controle administrativo, financeiro e operacional da Rede de Urgência e Emergência do Município de Campos dos Goytacazes. Sua estrutura é composta por 03 (três) hospitais, a saber: HOSPITAL FERREIRA MACHADO, HOSPITAL GERAL DE GUARUS e HOSPITAL SÃO JOSÉ, 06 (seis) unidades de atendimento pré-hospitalar, além do HEMOCENTRO REGIONAL DE CAMPOS.

O Hemocentro Regional de Campos é o serviço de hemoterapia público referência em atendimento hemoterápico na região norte e noroeste do Estado do Rio de Janeiro. Para abastecer a todos os serviços de saúde deste e demais 16 (dezesesseis) municípios vizinhos, coleta mensalmente, em média, 1.300 unidades de sangue total.

Pretende-se que por meio dessa o fornecimento de **material de consumo, cartões de gel teste e suspensões de hemácias para uso em gel**, com cessão de equipamentos em Regime de Comodato.

A Constituição Federal de 1988 revolucionou a questão da saúde, estendendo o direito a saúde a todas as pessoas, impondo ao Estado a obrigação de prestar a assistência integral à saúde. O artigo 196 diz que “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação”.

Constatamos que, em casos análogos, já há vários precedentes jurisprudenciais que se concentram, sobretudo, nas normas inerentes ao caput do artigo 5º (“...inviolabilidade do direito à vida...”), combinado com o



artigo 6º (“...a saúde é um direito social”) e artigo 196 (“Saúde é direito de todos e dever do Estado...”) todos da Constituição Federal. Dentre esses precedentes, citamos o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, através do Exmo. Ministro Garcia Vieira, nestes termos:

“Assegurar-se direito à vida de uma pessoa, propiciando-lhe medicação específica que lhe alivie até mesmo sofrimentos e a dor de uma moléstia ou enfermidade irreversível não é antecipar a tutela jurisdicional através de medida cautelar, mas garantir-lhe o direito de sobrevivência.”

Extraímos, outro assim, o julgamento emanado do Supremo Tribunal Federal, através do Exmo. Ministro Celso de Mello, neste sentido:

“Entre proteger a inviolabilidade do direito à vida que se classifica como direito subjetivo inalienável assegurado pela própria Constituição da República ou prevalecer direito secundário do Estado, entendo – uma vez configurado esse dilema – que razões de ordem ético-jurídica impõem ao julgador uma só e possível opção: o respeito indeclinável à vida.”

A aquisição pretendida, ocorrerá em atendimento aos dispostos da Lei Federal n. 14.133/2021 e aos princípios constitucionais da legalidade, da publicidade e da eficiência e proporciona maior transparência no uso dos recursos públicos.

A aquisição dos materiais relacionados visa atender as demandas do Hemocentro Regional de Campos e Agência Transfusional do Hospital Geral de Guarus, suprimindo ainda as exigências legais que obrigam a realização de exames laboratoriais de alta sensibilidade e especificidade para garantia da segurança transfusional.

O emprego da Metodologia “Gel teste” constitui um avanço na área de imuno-hematologia, contribuindo para maior precisão nos resultados, redução dos riscos de acidentes biológicos, agilidade dos processos, garantia da qualidade e segurança transfusionais.

Assim justifica se a necessidade desses materiais e equipamentos, objetivo manter o serviço do Hemocentro Regional de Campos, e a sua função assistencial, fornecendo serviços e produtos hemoterápicos, garantindo a assistência médica aos usuários que necessitam de sangue.

4. JUSTIFICATIVA POR LOTE:

Justificamos a presente solicitação de aquisição por Lote, devido à necessidade de compatibilidade entre os insumos e reagentes incluídos em cada Lote os quais serão utilizados conjuntamente para realização de exames laboratoriais que dependem do uso conjunto destes, para alcançar os resultados laboratoriais esperados. Ressalto que a utilização destes referidos produtos oriundos de diferentes fabricantes, pode gerar incompatibilidade entre os mesmos com consequências negativas nos resultados laboratoriais impedindo assim sua plena realização com risco



na segurança, qualidade e confiabilidade dos testes laboratoriais, além da necessidade de sua utilização em equipamentos específicos compatíveis com o reagente adquirido.

5. ESPECIFICAÇÕES GERAIS DO OBJETO E QUANTIDADES:

LOTE 1			
Metodologia - Aglutinação em coluna de gel centrifugação			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	CARTÃO PARA DETERMINAÇÃO DOS ANTÍGENOS DO SISTEMA ABO E Rh, CONTENDO REAGENTES PARA PROVA DIRETA (ANTI-A, ANTI-B, ANTI-D) E REVERSA. CARTÕES COM NO MÍNIMO 6 MICRO TUBOS COM SOLUÇÃO DE GEL, CONTENDO ANTI- SOROS MONOCLONAIS NA CONFIGURAÇÃO MÍNIMA: A-B-D-CTRL-NEUTRO-NEUTRO. Cada cartão equivale a um teste.	TESTE	28.200
2	CARTÃO PARA TESTE DE COOMBS INDIRETO, PARA USO EM PROVAS DE COMPATIBILIDADE, PESQUISA DE ANTICORPOS IRREGULARES, IDENTIFICAÇÃO DE ANTICORPOS E TIPAGEM SANGUÍNEA. CARTÕES COM NO MÍNIMO 6 MICRO TUBOS CONTENDO SOLUÇÃO DE GEL MISTURADA COM REAGENTE ANTIGAMAGLOBULINA. Cada microtubo equivale a um teste.	TESTE	84.800
3	CARTÃO DE CLASSIFICAÇÃO RH/KELL COM ANTI-SOROS MONOCLONAIS, CONTENDO REAGENTES (ANTI-C, ANTI-Cw, ANTI-c, ANTI-E, ANTI-e, ANTI-KELL). CARTÃO COM NO MÍNIMO 6 MICRO TUBOS CONTENDO SOLUÇÃO DE GEL MISTURADA COM DISTINTOS REAGENTES, NA CONFIGURAÇÃO MÍNIMA: C-Cw-c-E-e-K. Cada cartão equivale a um teste.	TESTE	5.400
4	CARTÃO PARA CONFIRMAÇÃO DO GRUPO SANGUÍNEO ABO e RH CONTENDO REAGENTES PARA PROVA DIRETA (ANTI-A, ANTI- B, ANTI-D E CONTROLE). CARTÕES COM NO MÍNIMO 6 MICROTUBOS CONTENDO SOLUÇÃO DE GEL MISTURADA COM DISTINTOS REAGENTES, NA CONFIGURAÇÃO MÍNIMA: A-B-D/A-B-D. Cada cartão equivale a dois testes.	TESTE	16.800
5	CARTÃO PARA DETERMINAÇÃO DOS ANTÍGENOS DO SISTEMA ABO E RH(D) E COOMBS DIRETO EM RECÉM-NATOS. CARTÕES COM NO MÍNIMO 6 MICROTUBOS CONTENDO SOLUÇÃO DE GEL MISTURADA COM DISTINTOS REAGENTES, NA CONFIGURAÇÃO MÍNIMA: A-B-AB-D-CTRL-IgG/AGH. Cada cartão equivale a um teste.	TESTE	700
6	CARTÃO NEUTRO COM NO MÍNIMO 6 MICROTUBOS CONTENDO MEIO NEUTRO PARA TESTES ENZIMÁTICOS E SALINOS: PESQUISA E IDENTIFICAÇÃO DE ANTICORPOS ANTI- ERITROCITÁRIOS, TITULAÇÃO DE ANTICORPOS, PROVAS DE COMPATIBILIDADE. Cada microtubo equivale a um teste.	TESTE	2.400
7	CARTÃO PARA REALIZAÇÃO DO TESTE DE COOMBS DIRETO. COM NO MÍNIMO 6 MICROTUBOS CONTENDO SOLUÇÃO DE GEL MISTURADA COM SOROS ESPECÍFICOS (ANTI-IgG, ANTI-IgA, ANTI-IgM, ANTI-C3d, ANTI-C3c, ANTI-C4). Cada cartão equivale a um teste.	TESTE	200



8	SOLUÇÃO SALINA TAMPONADA DE BAIXA FORÇA IÔNICA, COM AZIDA SODICA COMO CONSERVANTE: PARAMETROS DE AVALIAÇÃO: PH 6,6-7,0 (25C), ASPECTO LIQUIDO INCOLOR, TRANSPARENTE E LIVRE DE PARTICULAS. A caixa contém dois frascos de 100 ml cada.	CAIXA	312
9	SUSPENSÃO DE HEMÁCIAS HUMANAS, DO GRUPO "A1" E "B", a 0,8% EM MEIO TAMPONADO ISOTÔNICO COM CONSERVANTES (01 FRASCO CONTENDO SUSPENSÃO DE HEMÁCIAS GRUPO "A1" E 01 FRASCO COM SUSPENSÃO DE HEMÁCIAS GRUPO"B") PARA REALIZAÇÃO DA PROVA REVERSA.	CONJUNTOS	240
10	SUSPENSÃO DE HEMÁCIAS DO GRUPO "O" HUMANAS (I E II) a 0,8% EM MEIO TAMPONADO COM CONSERVANTE. ESTAS SUSPENSÕES DEVEM APRESENTAR OS DETERMINANTES ANTIGÊNICOS MAIS SIGNIFICATIVOS NA MAIOR PARTE DOS SISTEMAS DE GRUPO SANGUINEO, PARA A PESQUISA DE ANTICORPOS CLINICAMENTE SIGNIFICATIVOS.	CONJUNTOS	240
11	CONJUNTO PAINEL DE HEMÁCIAS DO GRUPO "O", CONTENDO 15 SUSPENSÕES DE HEMÁCIAS EM MEIO TAMPONADO COM CONSERVANTE PARA IDENTIFICAÇÃO DE ANTICORPOS ANTI-ERITROCITÁRIOS IRREGULARES, COM CONFIGURAÇÃO ANTIGÊNICA ESPECIALMENTE SELECIONADA PARA IDENTIFICAÇÃO DA MAIORIA DOS ANTICORPOS CLINICAMENTE RELEVANTES.	CONJUNTOS	15
12	CONJUNTO PAINEL DE HEMÁCIAS DO GRUPO "O", CONTENDO 15 SUSPENSÕES DE HEMÁCIAS EM MEIO TAMPONADO COM CONSERVANTE, E PRÉ-TRATADAS COM ENZIMA PAPAÍNA, FICINA OU ASSEMBELHADO, PARA IDENTIFICAÇÃO DE ANTICORPOS ANTI-ERITROCITÁRIOS IRREGULARES, COM CONFIGURAÇÃO ANTIGÊNICA ESPECIALMENTE SELECIONADA PARA IDENTIFICAÇÃO DA MAIORIA DOS ANTICORPOS CLINICAMENTE RELEVANTES.	CONJUNTOS	15
13	REAGENTE CONTRA ANTÍGENO ERITROCITARIO KIDD A - Jka	TESTE	600
14	REAGENTE CONTRA ANTÍGENO ERITROCITARIO KIDD B - Jkb	TESTE	600
15	REAGENTE CONTRA ANTÍGENO ERITROCITARIO - M	TESTE	600
16	REAGENTE CONTRA ANTÍGENO ERITROCITARIO - N	TESTE	600
17	REAGENTE CONTRA ANTÍGENO ERITROCITARIO - S	TESTE	600
18	REAGENTE CONTRA ANTÍGENO ERITROCITARIO - s	TESTE	600
19	REAGENTE CONTRA ANTÍGENO ERITROCITARIO - Kpa	TESTE	400
20	REAGENTE CONTRA ANTÍGENO ERITROCITARIO - Kpb	TESTE	400
21	REAGENTE CONTRA ANTÍGENO ERITROCITARIO DUFFY A - Fya	TESTE	600
22	REAGENTE CONTRA ANTÍGENO ERITROCITARIO DUFFY B - Fyb	TESTE	600
23	REAGENTE CONTRA ANTÍGENO ERITROCITARIO LEWIS A - Lea	TESTE	400
24	REAGENTE CONTRA ANTÍGENO ERITROCITARIO LEWIS B - Leb	TESTE	400
25	REAGENTE CONTRA ANTÍGENO ERITROCITARIO P1	TESTE	400
EQUIPAMENTOS EM COMODATO E INSUMOS QUE ACAMPANHAM OS TESTES: A empresa vencedora do Certame deverá disponibilizar por cessão uso (regime de comodato), todos os equipamentos compatíveis e necessários para a realização plena do número de testes fornecidos, incluindo a instalação (obras de adequação física, elétrica e hidráulica), treinamento, assistência técnica (preventiva e corretiva) e assessoria científica, bem como a atualização tecnológica dos mesmos, devendo mantê-los em perfeitas condições de uso e funcionamento, além dos insumos e acessórios necessários à execução completa dos testes objetos desta licitação (incluindo soluções detergentes, papel para impressão, cartuchos ou toner de tinta). Abaixo, relacionados os equipamentos e a quantidade mínima suficiente para a realização da demanda dos laboratórios: - 02 (DOIS) Sistema Automatizado para realização de testes imuno-hematológicos (Realiza pipetagem de amostras,			



reagentes, incubação, centrifugação, leitura e captura de imagens) Equipamento totalmente automatizado com configurações que se adaptam à realidade de cada laboratório, através de exclusivos racks intercambiáveis para amostras e reagentes automaticamente reconhecidas pelo sistema, grande capacidade de cartões e reagentes, gerenciamento flexível da incubadora a depender dos testes requeridos, carregamento contínuo de reagentes, amostras e cartões. Requisito mínimo de tempo de treinamento operacional devido ao intuitivo software embarcado e sua tela touchscreen. Possibilidade de acesso remoto autorizado para revisão e liberação de resultados, bem como serviços de pós-venda. Toda automação utiliza os mesmos consumíveis universais, não sendo necessário nenhuma aquisição adicional de qualquer produto. O equipamento trabalha em diferentes situações, com capacidades a depender da sua utilização em diferentes rotinas, 48 amostras e 46 reagentes líquidos ou 72 amostras e 23 reagentes líquidos com a manutenção dos reativos de hemácias em suspensão. Possui backup interno, identificação positivas de amostras e reagentes líquidos e cartões, gerenciamento STAT para amostras de emergência, fluxo contínuo de carga e descarga de reagentes e amostras. Possui suporte para qualquer tipo de tubos, sejam eles pediátricos, com ou sem êmbolos. Braço pipetador multifuncional que utiliza o exclusivo sistema de sondas, o qual realiza várias funções, tais como: Detecção automática de nível e monitoramento do nível de fluidos, diluição de amostras através da utilização do diluente universal na estação de diluição (lavagem automática), tecnologia exclusiva de perfuração e distribuição simultânea que usa 100% dos microtubos dos cartões e evita a contaminação cruzada, estação integrada de lavagem de sondas, para evitar a contaminação cruzada. Leitura de alta resolução com uma câmera CCD multifuncional: verificação da integridade do cartão antes e após o processamento, verificação da distribuição dos cartões de Gel e resultados a cores e em alta definição. O equipamento possui Gerenciamento das soluções do sistema com fácil interação do usuário, monitoramento do nível das soluções e do número dos cartões utilizados, carregamento e descarregamento fácil e inovador dos fluidos do sistema, proporcionando a mínima interação por parte do usuário, opção de drenagem direta para maximizar a autonomia do sistema e recipiente descartável para cartões, que promove a segurança do usuário. Revisão dos resultados com imagens claras, detalhadas e de alta definição para uma maior certeza e verificação das discrepâncias. Alertas configuráveis para que os resultados possam ser revisados, relatório completo de rastreabilidade dos resultados. Todo o processo e resultados são totalmente rastreáveis com acesso ao sistema protegido por senha. Funções configuráveis de acordo com usuário e monitoramento contínuo de todos os processos críticos. Conectividade bidirecional ao LIS (sistema de interface do laboratório). Acesso remoto ao instrumento através de aplicativo da web para validar os resultados, monitorar o status do instrumento e das amostras e os alertas em tempo real e diagnóstico remoto: o suporte técnico/especializado pode conectar-se remotamente ao sistema para fins de resolução de problemas. Capacidade do equipamento: 2 opções de configuração de laboratório para horários de pico.

- 09 (nove) pipetas manuais (volume variável: 10 25 50 mL e pipetagem seriada) **(equipamentos novos ou com no máximo 03 anos de uso)**

- 07 (sete) dispensadores de diluentes. **(equipamentos novos ou com no máximo 03 anos de uso)**

- 04(quatro) centrifugas de cartões com capacidade mínima de 24 cartões **(equipamentos novos ou com no máximo 03 anos de uso)**

- 04(quatro) incubadoras de cartões com capacidade mínima de 24 cartões **(equipamentos novos ou com no máximo 03 anos de uso)**

- 01 impressora laser + 12 toners + 12 milheiros de papel A4 **(equipamentos novos ou com no máximo 03 anos de uso)**

- 01 Nobreak com ondas senoidal de 1500va que permita o funcionamento do equipamento automatizado em funcionamento por mínimo 30 na falta de energia. **(equipamentos novos ou com no máximo 03 anos de uso)**

-04 (quatro) racks (estantes) de trabalho para o processamento manual dos cartões, reagentes e tubos.

-10.000 un ponteiras/mês para utilizar nas respectivas pipetas (compatíveis com as pipetas fornecidas).

-10.000un /mês tubos acrílico cristal transparente 12x75mm.

-Solução concentrada de base salínica com azida sódica como conservante, para lavagem interna dos dispositivos e circuitos do equipamento (quando necessário).

- Solução concentrada de base aquosa com tenso ativo e corante, tendo azida sódica como conservante e utilizada como solução detergente para lavagem interna dos dispositivos e circuitos do equipamento (quando necessário).

- 2 frascos/mês de soro anti-D IgG mono type monoclonal IgG (clone ESD1) reagente consiste num anticorpo monoclonal IgG e 0,1%(p/v) de azida sódica com conservante para determinação de fenótipos RHD frascos e RHD.

- 15 kits/ mês de Controle qualidade composto de 04 tubos de 06 ml com grupo A RHD negativo, com Anti B e Anti D, Grupo RHD positivo com Anti A e B, Grupo B com RHD positivo com Anti A e Anti Kell, Grupo AB RHD positivo pronto para uso utilizado para controle de teste de investigação de anticorpos irregulares.

- 01 (uma) centrífuga imuno-hematológica para lavagem de hemácias, centrifugação de amostras e leituras de reações.



Capacidade para 12 tubos (12X75 mm), compacta, rotação programável até 3.000 rpm, timer programável 15 seg, 30 seg e 1-10 min. Memória para mínimo de 4 programações, rotor de angulo fixo de 45°, visor digital, alarme sonoro, bivolt, motor por indução sem escovas

- 01 (um) deionizador para purificação de água a ser utilizada na lavagem do sistema automatizado de realização dos testes imuno-hematológicos, se o mesmo for aplicável ao equipamento automatizado.

- A Empresa vencedora do certame deverá fornecer todos os insumos para realização dos testes referente aos itens 13 a 25 (cartão, diluente, soros e enzima quando necessário).

- A Empresa vencedora do Certame deverá se responsabilizar pelo interfaceamento total do sistema completamente automatizado com o sistema Hemovida ou seu sucessor, caso este venha a ser substituído.

- Os equipamentos fornecidos em regime de comodato deverão ser equipamentos novos (zero km) ou que apresentem no máximo 3 anos de uso comprovados através de nota fiscal ou invoice de importação com respectivo número de série do equipamento que será entregue, objetivando assim possuir maior vida útil e menor frequência de interrupções nos processos analíticos devido à necessidades frequentes de manutenções corretivas.

Para a manutenção corretiva do(s) equipamento(s) e instrumento(s) fornecidos, a empresa vencedora da licitação, deverá se comprometer a atender os chamados técnicos no prazo máximo de 48 horas (**incluindo sábados, domingos e feriados**), quanto à avaria do equipamento e acessórios. No caso de substituição de equipamento e/ou acessório, esta deverá ocorrer no prazo máximo de 4 dias úteis e o equipamento deverá ser substituído por outro, para cobrir provisoriamente a demanda do serviço, até que o aparelho original seja colocado novamente em funcionamento. A suspensão dos testes por um período superior a 48 horas implicará na notificação à administração superior competente para providências cabíveis (multa, suspensão de pagamentos, rescisão contratual). A empresa vencedora deverá apresentar cronograma de manutenção preventiva para o equipamento cedido, obedecendo à periodicidade determinada pela legislação vigente. As visitas de manutenção preventiva devem gerar relatórios contemplando os itens verificados, recomendados pelos fabricantes dos equipamentos. Cópias destes relatórios de manutenção devem ser entregues ao Hemocentro Regional de Campos para arquivamento.

As manutenções preventivas deverão ser a cada 06 (seis) meses ou de acordo com orientações do fabricante.

A calibração do equipamento em sessão de uso ou de componentes destes, quando necessária, deverá ser comprovada mediante apresentação do certificado de calibração do equipamento rastreável a RBC (Rede Brasileira de Calibração). Este serviço pode ser terceirizado pelo licitante vencedor.

A manutenção preventiva, calibração e/ou validação, o licitante deverá marcar data e horário com o usuário, para que a rotina do serviço não seja prejudicada.

O equipamento deverá conter número da peça ou número de série para controle.

A empresa vencedora deverá se responsabilizar pelo interfaceamento total, do equipamento totalmente automatizado com o Sistema de informática vigente.

A empresa vencedora deverá realizar as manutenções preventivas e corretivas destas pipetas, incluindo sua calibração semestral ou anual conforme demanda. Nesta ocasião, as pipetas deverão ser substituídas previamente à retirada para calibração.

A Fundação Municipal de Saúde não oferece seguro pelo equipamento e seus periféricos.

A empresa vencedora deverá ceder sem ônus para o Hemocentro, os equipamentos conforme as especificações descritas, para a realização dos testes, obrigando a manter a cessão de uso até a utilização do último teste.

A empresa vencedora deverá entregar todos os equipamentos em até 10 dias corridos após o recebimento do empenho, para treinamento, validação e aprovação pela parte técnica do setor de imuno-hematologia.

LOTE 2

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	ETIQUETA AUTO-ADESIVA CONTENDO FILME ESPECIAL SENSÍVEL A IRRADIAÇÃO GAMA DE 25GY. PARA CONTROLE DO PROCESSO DE IRRADIAÇÃO (COM INDICADOR VISUAL DE IRRADIAÇÃO) DE BOLSAS DE SANGUE E/OU HEMOCOMPONENTES.	UND	1000



LOTE 3			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	BANDAGEM ANTISSÉPTICA COM FORMATO ANATÔMICO ALMOFADA E ABSORVENTE, CAPAZ DE ADERIR A PELE PARA ESTANCAR A SAÍDA DE SANGUE, EVITANDO VAZAMENTO. ROLO COM 200 UNIDADES.	ROLOS	120
2	ATADURA ELÁSTICA AUTO-ADESIVA (BANDAGEM AUTO ADERENTE) - COR BEGE ROLO DE 5CM X 4,5M, FIXAÇÃO EM PELE HUMANA ADERINDO SEGURAMENTE SOBRE SI MESMA PERMANECENDO NO LOCAL SEM DESLIZAR OU DESENROLAR. ATADURA CONSISTENTE DE COMPRESSÃO CONTROLADA, LEVE E POROSA. NÃO APRESENTAR ESTREITAMENTOS LATERAIS (ESTRANGULAMENTO) AO SEREM ESTICADAS.	ROLOS	30
3	LANCETA AUTOMÁTICA RETRÁTIL 23G PARA PUNÇÃO DIGITAL. ACIONAMENTO POR CONTATO OU POR DISPOSITIVO. AGULHA TRIFACEADA EM AÇO INOXIDÁVEL E SUPORTE DE CORPO PLÁSTICO, PROFUNDIDADE MÍNIMA DE PERFURAÇÃO 1,8 MM, ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA.	UNIDADE	24.000

LOTE 4			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	ETIQUETA AUTO-ADESIVA MEDINDO 102 MM X 55 MM PARA BOLSA DE SANGUE, EM FILME DE PLÁSTICO DE POLIPROPILENO BRANCO-FOSCO, NO SISTEMA TERMO-TRANSFERÊNCIA, COM ADESIVO HOT MELT ATÓXICO E LINEAR OU PAPEL BASE ESPECIAL SUPER CALANDRADO, CONFECCIONADA EM ROLOS COM 1.000 ETIQUETAS. 1 CARREIRA LINEAR. LARGURA DA ETIQUETA: 108 MM; ESPAÇO ENTRE ETIQUETAS: 3 MM; DIÂMETRO INTERNO DA BOBINA APROX.: 75 MM	ROLOS	96
2	ETIQUETA AUTO-ADESIVA MEDINDO 102 MM X 85 MM PARA BOLSA DE SANGUE, EM FILME DE PLÁSTICO DE POLIPROPILENO BRANCO-FOSCO, COM TRATAMENTO ESPECIAL PARA IMPRESSÃO DE CÓDIGO DE BARRAS, NO SISTEMA TERMO-TRANSFERÊNCIA COM ADESIVO HOT MELT ATÓXICO E LINEAR OU PAPEL BASE ESPECIAL SUPER CALANDRADO, CONFECCIONADA EM ROLOS COM 1.000 ETIQUETAS. 1 CARREIRA LINEAR. LARGURA DA ETIQUETA: 108 MM; ESPAÇO ENTRE ETIQUETAS: 3 MM; DIÂMETRO INTERNO DA BOBINA APROX.: 75 MM	ROLOS	96



3	ETIQUETA AUTO-ADESIVA EM FILME DE PLÁSTICO DE POLIPROPILENO BRANCO-FOSCO COM TRATAMENTO ESPECIAL PARA IMPRESSÃO DE CÓDIGO DE BARRAS, NO SISTEMA TERMO-TRANSFERÊNCIA COM ADESIVO HOT MELT ATÓXICO E LINEAR OU PAPEL BASE ESPECIAL SUPER CALANDRADO, CONFECCIONADA EM ROLOS COM 5.000 ETIQUETAS, TAMANHO DA ETIQUETA: 15 MM X 50 MM - 5 CARREIRAS LINEARES. LARGURA: 81 MM; ESPAÇO ENTRE ETIQUETAS: 3 MM; DIÂMETRO INTERNO DA BOBINA APROX.: 75 MM	ROLOS	150
4	RIBBON EM RESINA PRETA, PARA USO EM IMPRESSORA TÉRMICA. TAMANHO: 450 M, LARGURA: 112 MM	ROLOS	48

EQUIPAMENTOS EM COMODATO E INSUMOS:

A empresa vencedora do Certame deverá disponibilizar por cessão uso (regime de comodato), 02 (dois) equipamentos de impressão necessários para imprimir o número de etiquetas fornecidos, incluindo a instalação (obras de adequação física e elétrica), treinamento, assistência técnica (preventiva e corretiva), bem como a atualização tecnológica das mesmas, devendo mantê-las em perfeitas condições de uso e funcionamento, além dos insumos e acessórios, caso necessários, para o seu funcionamento. Segue as especificações mínimas dos equipamentos:

a impressora deverá ter resolução: 203 dpi / 300 dpi; Memória: 128 MB SDRAM / 128 MB memória on-board linear; Largura máxima de impressão: 104 mm; Velocidade máxima de impressão: 152 mm/s; Sensores: Transmissivos e reflexivos; Comprimento de impressão: a 203 dpi: 3988 mm / a 300 dpi: 1854 mm;

Características de mídia: Largura: 19.4 mm a 114 mm; Tamanho máximo do rolo de mídia: 203 mm de diâmetro externo num núcleo de 76 mm; 152 mm de diâmetro externo num núcleo de 25 mm; Espessura: 0.076 mm a 0.25 mm; Tipo de mídia: Contínua, de corte (die-cut), de entalhe (notch), e marcação negra;

Características físicas: Comprimento: 432 mm; Largura: 242 mm; Altura: 277 mm; Peso: 9.1 Kg

Firmware: ZPL e ZPL II; fornece formatação de etiquetas sofisticadas e controle de impressora;

Simbologia de códigos de barras: Códigos de barras lineares: Code 11, Code 39, Code 93, Code 128 com subconjuntos A/B/C e UCC Case Codes, ISBT-128, UPC-A, UPC-E, EAN-8, EAN-13, UPC e EAN com 2 ou 5 dígitos de extensão, Plessey, Postnet, Standard 2-of-5, industrial 2-of-5, Interleaved 2-of-5, Logmars, MSI, Codabar, Planet Code.

Deverá ser compatível com o a linguagem ZPL, usada no sistema Hemovida;

Deverá ser compatível com o ribbon em resina solicitado no item 4;

LOTE 5			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	BOLSA DE TRANSFERÊNCIA DE SANGUE E SEUS COMPONENTES CAPACIDADE APROXIMADA DE 300 ML CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO.	UNIDADES	600

LOTE 6			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Microcuvetas para determinação de hemoglobina/hematócrito em equipamento automatizado com auxílio de dispositivo descartável para dosagem de hemoglobina/hematócrito sem reagente para determinação imediata tão logo o contato com o sangue for estabelecido. Resultado em no máximo 60 segundos.	UNIDADE	24.000



A Empresa vencedora do Certame deverá disponibilizar, por cessão de uso (comodato)

06 hemoglobímetro novos ou com no máximo 03 anos com comprovação de nota fiscal, invoice de importação ou declaração do fabricante em timbrado do mesmo, cada um acompanhado de adaptador/conversor de energia e sua respectiva cuveta padrão e amostras controle em diferentes níveis (baixo, médio e alto) necessários para garantir a acurácia dos testes.

A Empresa vencedora deverá fornecer os equipamentos previstos no presente comodato, incluindo a instalação, treinamento de pessoal com geração de relatório do mesmo, assistência técnica de manutenção (preventiva: a cada seis meses, ou conforme orientação técnica, por escrito do fabricante, bem como manutenção corretiva), além de assessoria científica, e atualização tecnológica dos mesmos, devendo mantê-los em perfeitas condições de uso e funcionamento.

Para a manutenção corretiva, a empresa vencedora da licitação, deverá se comprometer a atender presencialmente os chamados técnicos no prazo máximo de 48 horas, e quando aplicável por acesso remoto via telefone, no prazo máximo de **24 horas (incluindo sábados, domingos e feriados)**, quanto às intercorrências relacionadas a equipamentos e acessórios. No caso de substituição de equipamento e/ou acessório, esta deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e o equipamento deverá ser substituído por outro idêntico ao licitado, para cobrir provisoriamente a demanda do serviço, até que o aparelho original seja colocado novamente em funcionamento. A suspensão dos testes por um período superior à 48 (quarenta e oito) horas implicará na notificação à administração superior competente para providências cabíveis. O licitante deverá ter horário e escala de plantão, e deverá informar a quem chamar seu telefone de contato, inclusive para os feriados e finais de semana. Esta escala deverá ficar disponível, por escrito, nos setores contemplados neste Termo;

A empresa vencedora deverá apresentar cronograma de manutenção preventiva e calibrações para todos os equipamentos e acessórios, obedecendo à periodicidade determinada pelo fabricante dos equipamentos e legislação vigente.

A empresa vencedora deverá apresentar cronograma de entrega detalhado dos insumos à Coordenação dos do Hemocentro Regional, a entrega dos insumos deverá ocorrer em dias úteis e horários comerciais.

As visitas de manutenção preventiva devem gerar relatórios contemplando os itens verificados, recomendados pelos fabricantes dos equipamentos. Cópias destes relatórios de manutenção devem ser entregues a Coordenação do Hemocentro.

As manutenções preventivas devem ser feitas a cada 06 meses ou conforme orientação técnica, por escrito, do fabricante.

Para a manutenção preventiva e/ou validação, o licitante deverá marcar data e horário com o usuário, para que a rotina do serviço não seja prejudicada.

Os equipamentos deverão conter número de série para controle.

O fornecedor deverá se comprometer a substituir os insumos e/ou equipamentos caso estes sejam incompatíveis com objeto do contrato e que não satisfaçam as necessidades do Hemocentro Regional de Campos.

A empresa vencedora deverá entregar 06 kits de controle de qualidade mensalmente.

LOTE 7			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	PAINEL DE HEMÁCIAS DO GRUPO "O", COM 11 SUSPENSÕES DE HEMÁCIAS EM MEIO CONSERVANTE, PARA IDENTIFICAÇÃO DE ANTICORPOS ANTI-ERITROCITÁRIOS IRREGULARES, COM CONFIGURAÇÃO ANTIGÊNICA ESPECIALMENTE SELECIONADA PARA IDENTIFICAÇÃO DA MAIORIA DOS ANTICORPOS CLINICAMENTE RELEVANTES. O KIT DEVERÁ VIR ACOMPANHADO DE UM DIAGRAMA COM A COMPOSIÇÃO DOS ANTÍGENOS PRESENTES EM CADA CÉLULA.	KIT	13
2	SUSPENSÃO DE HEMÁCIAS HUMANAS, DO GRUPO "A1" E "B", A 3% EM MEIO CONSERVANTE (01 FRASCO CONTENDO SUSPENSÃO DE HEMÁCIAS GRUPO "A1" E 01 FRASCO COM SUSPENSÃO DE HEMÁCIAS GRUPO "B") PARA REALIZAÇÃO DA PROVA REVERSA.	KIT	39
3	SUSPENSÃO DE HEMÁCIAS DO GRUPO "O" HUMANAS (I E II) A 3% EM MEIO CONSERVANTE. ESTAS SUSPENSÕES DEVEM APRESENTAR OS	KIT	39



	DETERMINANTES ANTIGÊNICOS MAIS SIGNIFICATIVOS NA MAIOR PARTE DOS SISTEMAS DE GRUPO SANGUÍNEO, PARA A PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-ERITROCITÁRIOS CLINICAMENTE SIGNIFICATIVOS. O KIT DEVERÁ VIR ACOMPANHADO DE UM DIAGRAMA COM A COMPOSIÇÃO DOS ANTÍGENOS PRESENTES EM CADA CÉLULA.		
4	SUSPENSÃO DE HEMÁCIAS HUMANAS, DO GRUPO "O", À 3% EM MEIO CONSERVANTE, SENSIBILIZADAS COM ANTICORPOS DA CLASSE IgG.	KIT	39

LOTE 8			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	SORO "ANTI-A" (MONOCLONAL) PARA IDENTIFICAÇÃO DE ANTÍGENO "A" NAS HEMÁCIAS ESTUDADAS	FRASCO	60
2	SORO "ANTI-B" (MONOCLONAL) PARA IDENTIFICAÇÃO DE ANTÍGENO "B" NAS HEMÁCIAS ESTUDADAS	FRASCO	60
3	SORO "ANTI-D" (MONOCLONAL) PARA IDENTIFICAÇÃO DE ANTÍGENO "D" NAS HEMÁCIAS ESTUDADAS	FRASCO	60
4	SORO CONTROLE DE Rh	FRASCO	60
5	ALBUMINA BOVINA 22% PRODUZIDA EM SOLUÇÃO SALINA ISOTÔNICA TAMPONADA UTILIZADA COMO MEIO DE SUSPENSÃO PARA TESTES IMUNO-HEMATOLÓGICOS	FRASCO	80
6	SORO ANTI-HUMANO POLIESPECÍFICO ANTI-GAMA E NÃO GLOBULINA HUMANAS - DILUÍDO COM SALINA TAMPONADA, UTILIZADA PARA TESTES IMUNO-HEMATOLÓGICOS (COOMBS DIRETO E INDIRETO)	FRASCO	80
7	REAGENTE LECTINA ANTI-A1 - UTILIZADO PARA DIFERENCIAÇÃO DE SUBGRUPOS SANGUÍNEOS PRODUZIDO COM EXTRATO PURIFICADO DE SEMENTES DE <i>DOLICHOS BIFFORUS</i> CONTENDO FITOHEMAGLUTININA (LECTINA) CAPAZ DE AGLUTINAR UNICAMENTE HEMÁCIAS A1 E A1B.	FRASCO	2
8	REAGENTE LECTINA ANTI-H - UTILIZADO PARA DIFERENCIAÇÃO DE SUBGRUPOS SANGUÍNEOS EXTRATO PURIFICADO E ESTABILIZADO DE SEMENTES DE <i>ULEX EUROPAEUS</i> , UTILIZADO PARA RESOLUÇÃO DE SUBGRUPOS DO SISTEMA ABO POR TESTES DE AGLUTINAÇÃO	FRASCO	2

LOTE 9			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	KIT - REAGENTE PARA ELUIÇÃO ÁCIDA DE ANTICORPOS (SOLUÇÃO DE LAVAGEM CONCENTRADA, SOLUÇÃO DE ELUIÇÃO ÁCIDA/TAMPÃO DE GLICINA, SOLUÇÃO TAMPÃO/TRIS)	KITS	5
2	POTENCIALIZADOR POLIETILENOGLICOL EM MEIO DE BAIXA FORÇA IÔNICA - 10ML	FRASCO	10

6. DA PROPOSTA

6.1. Após a fase de lances, a licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar, quando solicitado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação:

6.1.1. Cópia do Registro dos produtos no Ministério da Saúde ou isenção dos mesmos, devidamente comprovada;



- 6.1.2.** Cópia do Registro dos equipamentos (em comodato) no Ministério da Saúde ou isenção dos mesmos, devidamente comprovada;
- 6.1.3.** Autorização de Funcionamento do FABRICANTE, dos produtos e dos equipamentos, expedida pelo Ministério da Saúde ou órgão competente do país de origem da mesma;
- 6.1.4.** Em se tratando produto importado deverá ser apresentado a Autorização de Funcionamento da EMPRESA IMPORTADORA do produto, aquela que detém o registro do produto junto a ANVISA.

7 – APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS:

A licitante, desde que observadas as exigências habilitatórias, deverá, quando solicitado pelo Pregoeiro, apresentar amostras e catálogos, conforme o caso, de acordo com os subitens 7.1 e 7.2 abaixo, sob pena de desclassificação: A apresentação de amostras se faz necessária para a verificação de exatidão, reprodutibilidade, sensibilidade, especificidade, dos kits ofertados.

7.1 DA AMOSTRA DOS INSUMOS (para os lotes)

7.1.1. A licitante classificada em primeiro lugar, deverá apresentar à Coordenação do Setor de imuno-hematologia do Hemocentro Regional, no prazo de cinco (05) dias úteis após o término da licitação, amostragem representativa para realização de testes:

7.1.1.1. Para o lote 1: 50 (cinquenta) testes de cada um dos referidos insumos, acompanhada(s) do(s) equipamento(s) necessário(s) à realização dos testes, para a análise, quando será considerado e avaliado o desempenho, a sensibilidade, a especificidade, a segurança e a qualidade dos mesmos;

7.1.1.2. Para o lote 6: 20 (vinte) testes de cada um dos referidos insumos, acompanhada(s) do(s) equipamento(s) necessário(s) à realização dos testes, para a análise, quando será considerado e avaliado o desempenho, a sensibilidade, a especificidade, a segurança e a qualidade dos mesmos;

7.1.1.3. Conforme Portaria de Consolidação MS nº 05 de 28/09/2017, declarando assim atender ou não às necessidades do serviço e às normas técnicas vigentes.

7.1.2. Devido à necessidade de haver compatibilidade entre reagentes, equipamentos e operacionalização, para fins de julgamento, os “reagentes” adquiridos para uso em gel teste, deverão ser de um único fabricante, não havendo possibilidade de serem aceitos produtos de marcas diferentes.

7.1.3. No ato da instalação dos equipamentos e utilização dos reagentes, o proponente deverá apresentar manuais dos equipamentos colocados em comodato, em língua portuguesa;

7.1.4. Como parâmetros de avaliação, além da inspeção visual dos reagentes, avaliação do rótulo, das instruções de uso, embalagem/cartões, e demais critérios recomendados pelo: “Anexo 7” do Anexo IV” Portaria de Consolidação MS nº 05 de 28/09/2017, baseado na Portaria MS nº 158 de 04/02/2016, outros serão considerados e analisados tais como:



- **Avaliação do rótulo:** Nome do fabricante, nome e origem do produto, data de validade, número do lote ou partida, quantidade, temperatura de estocagem, número de registro na ANVISA.
- **Avaliação das Instruções de Uso:** Nome e composição do reagente, descrição dos procedimentos técnicos, informações claras e legíveis e em português.
- **Avaliação dos microtubos com gel:** Totalmente sedimentados com aspecto homogêneo e solução tampão acima da coluna, sem sinais de ressecamento partículas em suspensão e bolhas de ar.
- **Avaliação do lacre de alumínio:** A parte inferior do lacre deve apresentar marcas impressas nas bordas do orifício dos microtubos que indicam o fechamento correto.
- **Inspeção visual dos frascos de reagentes:** Ausência de precipitados, gelatina, partículas, fungos, turvação e hemólise.
- **Inspeção laboratorial:** Especificidade e intensidade de aglutinação.

7.2. REQUISITOS A SEREM AVALIADOS NO SISTEMA:

- Verificação durante a demonstração da melhor fluidez operacional: facilidade de manuseio, manutenção diária, software dos procedimentos;
- Verificação da melhor segurança das amostras e do operador;
- Verificação do menu de testes: será desclassificada a empresa cujo equipamento não realizar todos os testes especificados. Esta exigência se faz necessária devido à restrição de espaço (área física) do setor de imunohematologia do Hemocentro, que impede a colocação de vários equipamentos diferentes.

8 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

As empresas deverão anexar, quando solicitado, os seguintes documentos:

8.1 - Certificado ou Certidão de Regularidade junto a um dos respectivos conselhos regionais de classe / órgão regulador competente: (CRBIO, CRF, CRBM, CRQ ou equivalente);

8.2 - Comprovante de inscrição do Responsável Técnico da Licitante junto ao respectivo Conselho Regional competente (CRBIO, CRF, CRBM, CRQ ou equivalente);

8.3 - Licença Sanitária do ano em exercício vigente, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual e/ou Municipal da sede da licitante;



9- DA APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR Nº123/06, LEI MUNICIPAL Nº 8.768/17 E DO DECRETO MUNICIPAL Nº 173/24:

9.1. Tendo em vista a aplicabilidade dos critérios de tratamento diferenciado para microempresas, empresas de pequeno porte e ao microempreendedor individual no âmbito das licitações públicas, normativa está interposta pelos arts. 47 e 48 da lei complementar nº 123/2006, arts. 52 a 56 da lei municipal nº 8.768/2017 e art. 6 do Decreto Municipal nº 173/2024, consideramos oportuno estabelecer o seguinte: a Fundação Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde, no exercício de suas funções, vem demonstrar que a aplicação dos benefícios materiais previstos nos dispositivos legais acima referenciados, podem ter sua aplicabilidade dispensada pela autoridade responsável da licitação de acordo com a conveniência e oportunidade, com fulcro no art. 49 da lei complementar nº 123/2006, art. 57 da lei municipal nº 8.768/2017 e art. 7 do decreto municipal nº 173/2024, cujos quais transcrevemos abaixo, respectivamente:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta lei complementar quando:

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;(...)

Art. 57. Não serão aplicadas as normas dos arts. 52 a 56 desta lei, quando:

I - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como Microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e Capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;(..)

Art. 7º. Não se aplica o disposto nos art. 6º deste decreto quando:

I - não existirem, no mínimo, 03 (três) microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais com sede no Município de Campos dos Goytacazes, que desempenhem atividade compatível com o objeto da contratação;(...)

9.2. O que se observa, é que a lei complementar nº 123/06, a lei municipal nº 8.768/17 e do decreto municipal nº 173/2024 visam ampliar a participação das ME/EPP/MEI no campo licitatório, mas não elevar a hipossuficiência econômica das mesmas acima do interesse público, principalmente em licitações.



9.3. Portanto justifica-se a não realização de exclusividade e nem de cotas reservadas neste processo de licitação visto que tal prerrogativa, no caso em questão, poderá representar prejuízos ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

9.4. Na forma do que dispõe o Art. 5º, do Decreto Municipal nº 173/2024, será concedida preferência de contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais com sede no Município de Campos dos Goytacazes, **até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido**. Caso o melhor preço válido tenha sido apresentado por empresa não estabelecida no Município de Campos dos Goytacazes, a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual melhor classificado, com sede no Município de Campos dos Goytacazes, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, ocasião em que será adjudicado o objeto do certame em seu favor.

10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

10.1. São obrigações da CONTRATADA, além das normas estabelecidas no Edital de licitação:

- 10.1.1 Executar o serviço descrito no objeto deste Termo de Referência, em estrita observância às normas técnicas existentes;
- 10.1.2 Fornecer todos os insumos (dos equipamentos e periféricos) necessários para a realização plena do número de determinações adquiridas quando aplicável: Solução conservante e solução detergente, para lavagem interna dos dispositivos e circuitos do equipamento, galões para o descarte de resíduos, toner, cartuchos de tinta, ponteiros para utilizar nas respectivas pipetas e qualquer outro consumível aplicável para pleno funcionamento do sistema. Deve estar descrito na proposta a planilha de entrega do quantitativo mensal suficientes para a realização de todos os testes que os serviços estimam realizar.
- 10.1.3 Fornecer reagentes e produtos com validade não inferior à 12 meses, no que couber;
- 10.1.4 Fornecer reagentes dos itens 09 à 12 do lote 1, com validade não inferior à 28 dias.
- 10.1.5 Estar com os equipamentos montados e prontos para uso, dentro do prazo estabelecido pela licitação, para treinamento, validação e aprovação pela parte técnica do respectivo setor de imuno-hematologia.
- 10.1.6 Ceder sem ônus para os serviços, os equipamentos conforme as especificações descritas, para a realização dos testes, obrigando a manter a cessão de uso, calibrações, manutenções preventiva e corretiva até a utilização do último teste.
- 10.1.7 Apresentar, quando da entrega do material, para cada lote do produto, laudo analítico comprobatório de sua qualidade, contendo a validação do lote, emitida pela empresa fabricante (no país ou no exterior) ou do laboratório de referência nacional integrante da REBLAS (Rede Brasileira de Laboratório Analítico – Certificadores de Saúde).
- 10.1.8 Trocar todo e qualquer insumo que, no decorrer do prazo de validade, sob acondicionamento adequado, apresente perda da reatividade ou outra alteração que comprometa o desempenho exigido pelo Controle



de Qualidade. A troca deve ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data da solicitação formal.

- 10.1.9 Substituir os equipamentos, caso estes sejam incompatíveis com o objeto contratado e não satisfaçam as necessidades do Hemocentro Regional de Campos, no prazo de 10(dez) dias.
- 10.1.10 Cumprir os prazos estipulados para entrega do material, que são 10 dias após a emissão do empenho, no mesmo local da prestação de serviços, no subitem 14.1.
- 10.1.11 Indicar preposto, tão logo assinado este instrumento, como contato para todos os atos a serem praticados;
- 10.1.12 Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- 10.1.13 Comunicar, imediatamente, à FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução do serviço, para adoção de medidas cabíveis, bem como detalhar todo tipo de acidente que, eventualmente, venha a ocorrer;
- 10.1.14 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo de Referência;
- 10.1.15 Manter, durante o prazo de validade do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 10.1.16 Responsabilizar-se, integralmente, pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- 10.1.17 Executar os serviços em horários pré-estabelecidos pela CONTRATANTE;
- 10.1.18 Cumprir a Legislação vigente para controle de infecções hospitalares, visando assegurar a qualidade dos serviços prestados.
- 10.1.19 Por descumprimento total ou parcial da obrigação contratada e assumida serão aplicadas à CONTRATADA, as penalidades previstas no ato convocatório e na legislação.
- 10.1.20 A empresa deverá manter equipe de assistência técnica e assessoria científica, considerando-se o nível científico dos membros da mesma, presteza no atendimento, conhecimento e observância das normas de procedimento diagnóstico.
- 10.1.21 Os equipamentos que estão sendo objeto de comodato neste processo a serem instalados, deverão ser novos ou com no máximo 3 (três) anos de uso, e deverão ser substituídos a cada 5 (cinco) anos de uso.

11. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

- 11.1. São obrigações da contratante, além das normas estabelecidas no Edital de licitação:
- 11.2. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, nos termos do edital, de sua proposta e de acordo com as cláusulas contratuais;
- 11.3. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação dos serviços, na forma estabelecida no edital;
- 11.4 - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 11.5 - Indicar os locais e horários em que deverá ser executado o serviço;



- 11.6 - Permitir ao pessoal da CONTRATADA acesso ao local da execução do serviço, observadas as normas de segurança;
- 11.7 - prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- 11.8 - comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade ocorrida quando da prestação dos serviços;
- 11.9 - notificar a empresa por escrito, sobre defeitos, irregularidades ou falhas constatadas na execução dos serviços, fixando prazos para as devidas correções e/ou adotar recursos contratuais de punição quando aplicável.

12. DA FISCALIZAÇÃO:

- 12.1. O fundamento dessa obrigatoriedade encontra-se na Lei 14.133/2021, o artigo 104, inciso III, confere à Administração a prerrogativa de fiscalizar a execução dos contratos administrativos; e o artigo 117 define que a execução contratual deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais especialmente designados ou por seus substitutos
- 12.2. Ao Contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços/itens fornecidos em desacordo com o estabelecido no presente Termo de Referência;
- 12.3. A fiscalização exercida pela contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução dos itens deste Termo de Referência.

13. DO PAGAMENTO:

- 13.1. O pagamento será efetuado, 30 dias após a entrega dos produtos, mediante apresentação de nota fiscal/fatura discriminativa em duas vias correspondentes aos produtos entregues. O pagamento será efetuado, através de ordem bancária, devendo para isto a contratada identificar na nota fiscal o nome da Empresa, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito.
- 13.2. O pagamento só será efetuado, mediante apresentação, junto com a nota fiscal/fatura discriminativa, de cópia (que ficará retida), dos comprovantes de recolhimentos dos impostos e contribuições do mês anterior.
- 13.3. O recolhimento de impostos e contribuições municipais, por determinação da Secretaria Municipal de Fazenda, será realizado pelo contratante, no momento do pagamento da nota fiscal/fatura onde será abatido o imposto e/ou contribuição devida. Devendo a contratada ao emitir a nota fiscal/fatura apresentar, na mesma, a alíquota e o valor a ser recolhido.

14. DOS LOCAIS DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E PRAZOS DE ENTREGA:

- 14.1. Os itens constantes neste Termo de Referência deverão ser entregues no Almoarifado do Hospital Ferreira Machado – Rua Rocha Leão, 02 Caju, Campos dos Goytacazes – RJ, CEP 28051-170, horário de 8h às 17h.
- 14.2. As entregas dos itens, será de forma parcelada e deverão ocorrer no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** após o recebimento do empenho ou ordem de fornecimento.



15. DA VIGÊNCIA:

15.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, prorrogáveis conforme as disposições contidas nos arts.106 e 107 da Lei Federal 14.133/2021.

16. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

16.1. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade e não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço, uma vez que **não se reveste de alta complexidade.**

17. DO VALOR ESTIMADO

17.1. O Valor Estimado do presente procedimento licitatório terá caráter sigiloso e só será tornado público apenas e imediatamente após a classificação final e fase de negociação, a fim de resguardar o prosseguimento dos lances e das propostas sem que estes sofram qualquer intervenção a partir do conhecimento dos valores estimados através do Edital. Fundamentação previsão no art. 24, caput da Lei 14.133/2021.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Termo de Referência correrão à conta da Categoria Econômica do Orçamento vigente:

- Programa de trabalho: 10.301.0082.2387
- Natureza da Despesa: 339030
- Fontes de Recursos: 100/122/133/144/166/210/213/214

19. DO FORO

19.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da presente licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de **Campos dos Goytacazes/RJ.**

Campos dos Goytacazes, 19 de setembro de 2024.

Almoxarifado de Suprimento da FMS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Pregoeiro da Fundação Municipal de Saúde, com fulcro no art. 54, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 124/2023, no uso de suas atribuições, torna público e comunica aos interessados que fará realizar a licitação, na Modalidade Pregão, na forma eletrônica, nº 009/2024, conforme discriminado abaixo:

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material de consumo, cartões de gel teste e suspensões de hemácias para uso em gel, com cessão de equipamentos em Regime de Comodato, de forma continuada.

Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 10h do dia 02 de dezembro de 2024.**

Local: www.licitanet.com

O Edital, na íntegra, está disponível para download no site supramencionado, bem como através do site oficial da PMCG, a saber, <https://campos.rj.gov.br/licitacoes>.

Campos dos Goytacazes, 13 de novembro de 2024.

José Dalton de Souza Pinto Filho
Pregoeiro